

ETNOSSABERES EM TECNOLOGIAS SOCIAIS QUILOMBOLAS: POSSIBILIDADES PEDAGÓGICAS E EPISTEMOLÓGICAS NO CONTEXTO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DOCENTES ATUANTES EM ESCOLAS QUILOMBOLAS

Resumo: A Educação Escolar Quilombola é uma modalidade da educação básica brasileira reconhecida pela legislação e que segue com muitos desafios. Dentre eles, podemos mencionar a incipiência de políticas de formação de professores e materiais didáticos que contemplem a realidade das comunidades quilombolas, seus equipamentos e tecnologias sociais reconhecidas, nesta abordagem com potencial para enriquecer os currículos escolares, de forma contextualizada, assentada nos saberes e fazeres ancestrais ou reinventadas nos territórios quilombolas. Ademais possibilitam aos/as estudantes e docentes o processo de ensino-aprendizagem calcado na valorização dos saberes produzidos e ressignificados nos territórios quilombolas, sem perder de vista, a relação com os saberes pluriversais produzidos incluindo a ciência etnocêntrica e eurocêntrica vigente. Nesse sentido, o Grupo de Estudo e Pesquisas em Educação Quilombola (GEPEQ/PPGE/UFMT), tem atuado há mais de quinze anos em parceria com as comunidades e escolas estaduais e municipais quilombolas do Estado de Mato Grosso, realizando pesquisas e ações extensionistas para formação de professores/as tendo como eixo condutor a valorização da cultura negra quilombola, o respeito e reconhecimento dos saberes produzidos e repassados entre as gerações nos territórios. Neste projeto, temos como objetivo principal: ampliar o mapeamento das tecnologias sociais quilombolas nas comunidades quilombolas, nas quais já estamos envolvidos, em termos de pesquisa e extensão desde 2016. Os objetivos específicos são: mapeamento das tecnologias sociais mais valorizadas nas 6 comunidades que integrarão a pesquisa e suas potencialidades pedagógicas; b) etnografar e registrar a importância e como é construído os conhecimentos dos mestres e mestras dos saberes tradicionais quilombolas para a manutenção dos traços culturais e identitários da comunidades e as potencialidades pedagógicas inerentes a essas experiências; b) compreender como os/as docentes, em suas diversas áreas e disciplinas podem contemplar em seus planejamentos didáticos tais etnossaberes; c) compreender como os estudantes reagem às experiências pedagógicas calcadas nesses princípios, ou seja nos saberes ancestrais ou recriados em suas comunidades; d) como a gestão escolar tem concebido incentivado ou não tais práticas pedagógicas quilombolas; e) revisitar os anais do V Encontro de Educação quilombola para compreender os resultados da pesquisa-ação-extensão realizada no primeiro semestre de 2023. A perspectiva teórico-metodológica está pautada na concepção dos etnossaberes e na pós-coloniade e decolonialidade dos saberes pedagógicos. Metodologicamente este projeto será desenvolvido por meio de etnografia e pesquisa-ação. Teoricamente pauta-se nas teorias e construções epistemológicas pós-coloniais e decoloniais. Como resultado perspectivamos; o mapeamento das tecnologias sociais mais importantes para cada comunidade; registros dos repertórios de saberes dos mestres e mestras dos saberes tradicionais suas potencialidades pedagógicas; reações de estudantes diante de tais práticas pedagógicas; reações de gestores/as diante de tais pedagogias no fazer de cada escola. Intenta-se também, para além do pedagógico, o fornecimento de subsídios para elaboração de materiais didáticos e que possibilite à escola o aperfeiçoamento das tecnologias sociais utilizadas nas comunidades como forma de empreendimentos sociais sustentáveis.

1. **Justificativa:**

Este projeto de pesquisa integra uma série de ações de pesquisas-extensões que são desenvolvidas em territórios e escolas quilombolas do estado de Mato Grosso, empreendida pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Escolar Quilombola (GEPEQ/UFMT). Mais precisamente está integrado às ações de extensão e pesquisa em curso, registrado no SIEX/UFMT, sob o número de **Protocolo:** 180820220155551736. Cujo título é ETNOSSABERES E TECNOLOGIAS SOCIAIS PRODUZIDAS EM ESCOLAS QUILOMBOLAS DE MATO GROSSO. Desse modo, este projeto se caracteriza como uma continuidade para aprofundamento e alargamento de aspectos não contemplados no projeto mencionado. Na concepção do GEPEQ, pesquisa-ensino-extensão precisam ser conjugados, profundos e largos até o limite que a equipe em suas condições humanas, intelectuais e materiais conseguirem atingir, em relação às demandas no campo da educação quilombola.

As ações do GEPEQ, dessa forma integrada, abrangente dos três pilares acadêmicos universitários: ensino-pesquisa-extensão, caminha formalmente desde 2016. O grupo está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto de Educação, da Universidade Federal de Mato Grosso/PPGE/IE/UFMT. Foi institucionalizado, ou seja, registrado no Diretório de Grupos de Pesquisa da CAPES, em 2016. O grupo estuda processos educativos, que ocorrem em escolas quilombolas, em suas diversas e distintas dimensões, na inter-relação com as culturas e identidades dos quilombos contemporâneos, culturas afro-brasileiras entre outros. O objetivo principal é contribuir com a parte diversificada do ensino/aprendizagem, assentadas em seus contextos tradicionais: históricos, culturais, identitários, epistemológicos e na necessidade de desconstruir os racismos estruturais, institucionais que afetam as pessoas e seus territórios. Mas, sobretudo, intenta oferecer contribuições científicas e pedagógicas que auxiliem os/as docentes nessas construções e desconstruções.

Em termos de políticas educacionais específicas para essas comunidades, levamos em consideração o marco fundamental a Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Esta medida torna obrigatório, nos estabelecimentos de ensino fundamental, médio e superior – seja público, seja privado – ensino relativo à História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a Cultura Negra Brasileira e o negro na formação

da sociedade nacional. Seu escopo é valorizar a contribuição do povo negro na área socioeconômica e nas políticas pertinentes à história do Brasil (CASTILHO, 2011).

Consideramos muito relevante as lutas e vitórias do movimento negro e quilombola para a construção da Lei 10.639/03, e a Lei n.11.645/08, que incitou o Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), novas iniciativas de políticas públicas. Sejam exemplos as Orientações e Ações para a Educação das Relações Etnicorraciais, que dedicaram um capítulo às Orientações Curriculares para a Educação Quilombola (SECAD, 2006); a promulgação da Resolução n. 4/2010, a qual cria a Educação Escolar Quilombola, como uma modalidade da educação básica e a publicação da Resolução n.8/2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola.

Em termos de políticas públicas educacionais mato grossenses, colocamos em relevo o conhecimento e o fato de termos, na conjuntura nacional as primeiras Orientações Curriculares Quilombolas elaboradas em 2009, publicadas no ano subsequente, pela Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso (SEDUC-MT, considerada a primeira e mais importante política pública de Estado destinado aos quilombolas. A grande inovação deste documento foi a criação de uma área específica de conhecimento denominado **Ciências e Saberes Quilombolas, composta por três disciplinas, quais sejam: Práticas em cultura e artesanato quilombola; Práticas em técnicas agrícolas quilombola e Práticas em tecnologias sociais quilombolas.**

Tais iniciativas são vistas como respostas às demandas das comunidades e dos movimentos sociais que as representam, os quais incansavelmente têm empreendido lutas por escolarização e outros direitos. Significam, principalmente, o rompimento com uma política de silenciamento e estigmatização que relegou essa população aos recantos sombrios e subalternos da sociedade brasileira, ao longo da história. Se por um lado estas políticas traduzem uma grande conquista, por outro lado produzem novos desafios para implementações de tais legislações no chão das escolas. Esta proposta busca somar a esses esforços dos movimentos quilombolas, negros e escolas. Visto que a implementação de tais políticas requer o envolvimento das diversas instâncias institucionais implicadas na sua efetivação. A universidade é uma delas, muito significativa nas ações de formação docente.

Nesse sentido, neste projeto propomos contribuir nos seguintes aspectos: em termos de **objetivo principal**: contribuir para formação continuada de docente para implementação da pedagogia curricular no seu aspecto diversificado do currículo assentado em seus saberes-fazeres tradicionais, cosmovisões e suas lutas históricas territoriais, identitárias, culturais, antirracistas valorizando seus saberes-fazeres ou etnossaberes. Em termos de **objetivos específicos**: intentamos ampliar o mapeamento das tecnologias sociais quilombolas de suas comunidades quilombolas, com as quais já estamos envolvidos, em termos de pesquisa e extensão desde 2016. Isto significa em amíúde realizar a) mapear as tecnologias sociais mais valorizadas nas 6 comunidades que integrarão a pesquisa e suas potencialidades pedagógicas; b) etnografar e registrar a importância e o como é construído os conhecimentos dos mestres e mestras dos saberes tradicionais quilombolas para a manutenção dos traços culturais e identitários da comunidades e as potencialidades pedagógicas inerentes a essas experiências; b) compreender como os/as docentes, em suas diversas áreas e disciplinas podem contemplar em seus planejamentos didáticos tais etnossaberes; c) compreender como os estudantes reagem às experiências pedagógicas calcadas nesses princípios, ou seja nos saberes ancestrais ou recriados em suas comunidades e d) compreender como a gestão escolar tem concebido incentivado ou não tais práticas pedagógicas quilombolas; c) revisar os anais do V Encontro de Educação quilombola para compreender os resultados da pesquisa-ação-extensão realizada no primeiro semestre de 2023.

A perspectiva teórica em que se assenta o trabalho do grupo e orientará as ações desta pesquisa se fundamenta nos estudos pós-coloniais, decoloniais e nos etnossaberes. Conforme Castilho e Santana (2019), os etnossaberes podem ser compreendidos como uma alternativa teórico-metodológica que nos possibilita estudar as histórias de um grupo, analisar as maneiras pelas quais manifestam e emergem os discursos e suas fundamentações estéticas, filosóficas e produções de culturas materiais e imateriais. Esta concepção de educação comprometida com a transformação social é que dá suporte para guiar as ações no sentido de construir a modalidade de Educação Escolar Quilombola.

Na concepção de Freire (2016, p. 34), a Pedagogia libertadora deve possibilitar ao educando “aprender a escrever a sua história como autor e como testemunha de sua história, isto é biografar-se, existenciar-se, historicizar-se”.

Nesse sentido, compreendemos que essa perspectiva teórico-metodológica dialoga com o conceito de etnossaberes quilombolas e tecnologias sociais (TS), uma vez que estas são desenvolvidas na interação da população quilombola, valorizando as técnicas elaboradas pelas comunidades para produção de seus inúmeros saberes-fazer e equipamentos sociais úteis no cotidiano das comunidades, como por exemplo o pilão, o tacuru, a peneira, vasilhames, apá, cuias, ralos, amassadores de feijão; a produção de alimentos e óleos extraídos de cocos e demais recursos do cerrado; a comercialização de produtos para manutenção das famílias e, o uso desses saberes nas práticas pedagógicas como forma de representação da realidade vivida pelos estudantes e docentes na educação escolarizada.

Desse modo, o levantamento, registro e sistematização das tecnologias sociais quilombolas utilizadas pelos professores em sala de aula a partir dos saberes das comunidades podem ser convertidos em atividades pedagógicas que orientem a elaboração de materiais didáticos que subsidiem os/as docentes de quaisquer quilombos no trabalho com os saberes locais, contemplando a percepção das circunstâncias históricas e culturais específicas dos lugares, mas sem obscurecer o papel da escola como via de acesso ao conhecimento universal.

Assim, o olhar da escola para a formação docente, com base nos etnossaberes, sobre a diversidade ainda é um projeto ambicionado pelos docentes quilombolas e ainda longe do alcance de todos, uma vez que, as temáticas quando propostas são abordadas superficialmente e de modo descontextualizadas das práticas pedagógicas. Para que de fato esta discussão contemple o que determina a legislação no tocante às Tecnologias Sociais Quilombolas, é necessário que as políticas públicas de formação adentrem os currículos das universidades de forma a modificar esta formação conteudista, eurocêntrica e universalista. Este projeto tem a intenção de contribuir com esse processo.

2. Pressupostos teóricos

Quilombos no contexto educativo

Devemos destacar que a regulamentação da Educação Escolar Quilombola no sistema educacional brasileiro iniciou, de forma mais consistente, com as orientações contidas nas Diretrizes Curriculares Gerais da Educação Básica, de modo a garantir a

especificidade de vivências, acúmulos patrimoniais, realidades e histórias das comunidades quilombolas do país (BRASIL, 2012).

O desdobramento da Lei 10.639/03, alterada pela Lei n.11.645/08, incitou o Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), novas iniciativas de políticas públicas. Sejam exemplos as Orientações e Ações para a Educação das Relações Etnicorraciais, que dedicaram um capítulo às Orientações Curriculares para a Educação Quilombola (SECAD, 2006); a promulgação da Resolução n. 4/2010, a qual cria a Educação Escolar Quilombola, como uma modalidade da educação básica e a publicação da Resolução n.8/2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola.

Em termos de políticas públicas educacionais matogrossenses, foram elaboradas em 2009, publicadas no ano subsequente, pela Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso (SEDUC-MT), as Orientações Curriculares para a Educação Quilombola, julgada a primeira e importante política pública de Estado destinado aos quilombolas. A grande inovação deste documento foi a criação de uma área específica de conhecimento denominado Ciências e Saberes Quilombolas, composta por três disciplinas, quais sejam: Práticas em cultura e artesanato quilombola; Práticas em técnicas agrícolas quilombola e Práticas em tecnologia social.

Arruti (2008), afirma que o dilema de ontem ainda é o de hoje. O autor questiona, como fazer com que leis tão progressistas se realizem na prática? Segundo ele, as organizações populares, os meios de comunicação e um governo formalmente comprometido com a democracia fazem com que as pressões para a realização dos direitos quilombolas sejam muito maiores hoje. Mas, salienta o autor que, ainda assim, vivemos uma situação de insegurança de direitos, isto é, uma situação, na qual, não temos certeza de que tais direitos serão efetivados

Educação e Educação escolar Quilombola: possibilidades de rupturas fronteiriças.

Desde sua gênese, os povos negros, forçados a emigrarem para esse território que conhecemos como Brasil, resistiram das mais variadas maneiras, chegando em muitos casos a tirar a própria vida em sinal de protesto. Uma das formas de resistência mais conhecida foi sem dúvida a fuga. Fugiam de um sistema opressor, que tinha como regra básica a desumanização em seu sentido mais perverso possível, com as técnicas mais sofisticadas da época, seja através da violência física ou psicológica.

Não suportando a dor, a separação de seus entes queridos, o estupro de seus corpos e mentes, o trabalho a exaustão, fugiam em busca de uma "utópica"¹ liberdade. Buscando suas raízes ancestrais, criaram comunidades coletivas organizadas, o que mais tarde viriam a ser conhecidas como quilombos.

É de extrema importância² recorrer as palavras de Moura (1989), pois este afirma que o negro escravizado utilizou das mais variadas formas de resistência, tais como; assassinio dos senhores, dos feitores, dos capitães-do-mato, suicídio, fugas individuais, guerrilhas, insurreições, dentre outros. É importante verificar, portanto, que onde houve escravização houve também resistência.

Infelizmente, em muitos materiais didáticos como por exemplo os de geografia, a ciência do território, parece andar de mãos dadas com a “Geografia do Estado”, pois, a identidade desses povos com o território não existe, são sempre apresentados no passado, sua ancestralidade para os autores são sempre “escravos fugidos” repetindo ainda hoje a frase colonial de um “desequilibrado” europeu que marginalizou em 1722, a formação desses espaços de resistência, desconsiderando sua luta por humanidade, silenciando dessa maneira os gritos de desespero dos desvalidos, chancelando a violência imposta a eles.

Diante disso, devemos estar atentos enquanto educadores no currículo, para que este não reproduza as demandas colonialistas, pois, entendemos que por si só, a Lei nº 10.639/2003, que alterou a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", não é garantia de melhorias quanto a imagem dos negros (as) nesses materiais.

Concordamos com a afirmação de Melo (2018), ao dissertar que em uma sociedade estruturalmente racista, a escola não necessariamente por estar em território quilombola, pode ser exigida por implementar um projeto sem o apoio de outras instâncias da sociedade porque como um fenômeno estrutural, o racismo é articulado em rede e só pode ser combatido institucionalmente.

¹ Muitos quilombos foram aniquilados pelas Forças do Estado, por fazendeiros, capitães do mato, dentre outros. Mesmo conquistando a liberdade de seus corpos, sempre estavam sob a tensão de serem descobertos, assassinados, e não eram cidadãos, portanto, tal liberdade infelizmente era de fato uma utopia.

² Tal importância se justifica diante das covardes narrativas que inculcaram no ideário popular através principalmente das produções racistas e fez circular a ideia que o negro foi passivo frente as condições degradantes a qual foi submetido, pelo Estado, pela Igreja e pela sociedade de modo geral.

Sabemos que o currículo da Educação Escolar Quilombola exige pedagogia própria, respeitando as especificidades étnico-culturais de cada comunidade e, portanto, formação específica de seu quadro docente. No entanto, as disciplinas que não fazem parte do currículo especial exigem do professor muita acurácia na decodificação dos signos às vezes carregados de preconceitos, estereótipos e ideologias, dos quais ele não foi preparado em seu processo de formação e na maioria das vezes o Estado não lhe oferece formação continuada para que possa se aperfeiçoar em suas práticas profissionais.

Nesse sentido, a educação enquanto parte de uma das políticas de Estado tem na instituição escola, a legitimação e o reforço de estereótipos, transformando o currículo em fronteiras epistêmicas, dificultando a possibilidade de ruptura para com o racismo nesse ambiente e na sociedade em geral.

Para Carril (2017), as experiências educacionais que se desafiam a construir uma pedagogia com base na cultura dos sujeitos como os quilombolas encontram um material muito rico nas narrativas, as quais se remetem à memória e às histórias de vida.

Nesse contexto, acreditamos que a escola deve estar integrada à comunidade, valorizando e transmitindo às gerações futuras o modo de vida, a ancestralidade, dentre outros, que são elementos fundantes no processo de construção das identidades dos quilombolas. Um processo ligado a resistência, construído ao longo do tempo de acordo com as especificidades de cada territorialidade.

O ensino básico regular no Brasil³, ainda atende a um currículo eurocêntrico que permite ao Estado, através de suas narrativas e várias formas de manifestação, que o negro esteja sempre em um lugar social de marginalização e isso aparece quase sempre de forma bastante sutil nas produções didáticas, por exemplo.

Almeida dos Santos (2019), disserta que, nos materiais didáticos, assimetrias a muito tempo denunciadas por pesquisadores, ainda se repetem dentro de perspectivas negativas e preconceituosas a respeito dos negros (as) quase sempre associados (as) a: armas, pobreza, trabalhos manuais pesados, sem teto, escravizados, fome, precariedade, catástrofes, miséria, doenças.

Castilho e Santana (2019), trazem os conceitos de etnociência para compreensão da associação entre conhecimento acadêmico e o conhecimento popular, considerando os conhecimentos que são produzidos e reproduzidos nos quilombos

³ Inclusive o campo das Ciências

contemporâneos por meio de suas vidas e modos de viver culturalmente e repassados por gerações.

Dessa maneira acreditamos que a escola tem a possibilidade de articular os saberes que permeiam o território, ressignificando o fazer pedagógico e potencializando o ensino-aprendizagem. Para Castilho e Santana (2019), a escola se torna um ambiente comprometido com outros pensamentos e construções de conhecimentos diversos que podem alterar o cenário de invisibilidade e discriminação em relação aos quilombos, por exemplo.

Diante disso, a proposta de um currículo preocupado com os etnossaberes, talvez carregue a possibilidade de ruptura para com essas estruturas fronteiriças que permeiam os currículos atuais que ainda são fortemente eurocêntricos. Concordamos com Pacheco (2004), ao afirmar que, o currículo refere-se a um território que envolve ao mesmo tempo saber, poder, subjetividade e identidade, cujo espaço é construído mediante a contextualização histórica e cultural dos atores sociais que fazem parte do contexto formativo epistemológico, razão pela qual, faz-se necessário abandonar a prerrogativas do colonialismo.

Nesse caminho, os etnossaberes e a práxis dos professores comprometidos na ruptura com a colonialidade podem sem dúvidas problematizar em sala de aula as representações de mundo trazidas nos materiais didáticos, com as vividas pela comunidade, valorizando e conhecendo as relações com o territórios e as territorialidades racialmente atribuídas a esses povos, podendo desta forma, talvez constituir de fato um ensino-aprendizagem significativo na formação e na vida dos educandos, tirando-os das margens de uma vida indigna, desumana e perversa.

É inegável que a chamada “aventura colonial europeia” deixou marcas culturais nos povos colonizados. Análises alicerçadas na crítica pós-colonial têm denunciado como as narrativas coloniais constroem a imagem do colonizado como sujeito inferior, exótico, estranho e subalterno Fanon, (1975) Bhabha (2013), Quijano (2005).

Na intenção de aprofundar os estudos referentes à problemática em questão, recorreremos a perspectiva teórica crítica postulada por Paulo Freire (1979), (1991), (2001) e (2007), (2011), Arroyo (1982), (2002), (2007), Moreira e Silva (1994). A educação, à luz das reflexões desses estudiosos, deve ter o caráter libertador e não domesticador, como o modelo tradicional da educação.

Em termos de currículo, também será ancorado nas reflexões de Silva (1999) e McLaren (1997), Giroux (1997) e Castilho (2011), os quais argumentam que há um

campo de luta em torno da significação e da identidade e como resultado de um processo de construção social.

Pereira e Diegues (2010), Saldanha e Lara (2015), Mota & Dias (2012), Bandeira (2013), Santos e Cruz (2012); Castilho e Santana (2019), subsidiarão a discussão sobre o referencial dos etnossaberes. Esses autores defendem a importância de trazer para dentro do espaço escolar os etnossaberes das comunidades: tradições, manifestações culturais, fazeres ancestrais passados de geração a geração na comunidade, aprendidos com a vida cotidiana e a interação direta com o meio que os cerca, pois assim os educandos poderão responder aos desafios que lhes apresenta, possibilitando aos mesmos tecerem reflexão, crítica, invenção, eleição, decisão, organização, ação, tornando assim sujeitos de sua própria história.

Em relação à decolonialidade este projeto se insere na decolonização do poder, do saber e do ser. Tenciona a máxima eurocêntrica, etnocêntrica urbanocêntrica vigente na sociedade Matogrossenses, que definiram seus saberes como O saber, e suprimiram, folclorizaram ou ignoraram outras construções epistemológicas e outros conhecimentos. Objetivamos recuperar a importância dos saberes-fazeres renegados e negados ao longo desse processo histórico e desnudar os falaciosos discursos colonialistas muito em voga no currículo escolar e nos materiais didáticos, que pouco ou nada fazem constar os conteúdos das comunidades quilombolas, desencorajando docentes e gestores em explorarem/criarem outras possibilidades de construções de saberes onde se vejam e se reconheçam como protagonistas. Neste contexto as leituras de Quijano (2005); Maldonado-Torres (2010), Fanon (1975); Walsh (2019); Castilho (2016); Castilho e Santana (2019) podem auxiliar nessa compreensão, além de outros autores e outras autoras que serão lidos e lidas no decorrer do desenvolvimento deste projeto.

3. Metodologia:

O Projeto terá como orientação metodológica a abordagem qualitativa. A etnografia Geertziana e a Pesquisa-ação serão os principais métodos orientativos nos campos de pesquisa. De acordo com Thiollent (1986, p. 14), há diversas definições possíveis para a pesquisa-ação, eis uma delas: A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo

cooperativo ou participativo. O autor ainda afirma que uma pesquisa pode ser qualificada de pesquisa-ação quando houver realmente uma ação por parte das pessoas ou grupos implicados no problema sob observação (THIOLLENT, 1986, p. 15). Para tanto, a metodologia utilizada do projeto de extensão se desenvolverá de acordo com a especificidade das ações, por meio das seguintes estratégias:

6.1 Etapas da pesquisa-ação

Etapa 1- O curso de extensão: organização da proposta

A primeira etapa consiste na elaboração de uma proposta de formação continuada do tipo curso de extensão destinada aos docentes que participarão da pesquisa. O curso de extensão terá como foco os estudos teóricos, e sugestivos de práticas pedagógicas que se insiram na abordagem dos etnossaberes em tecnologias sociais envolvendo mestres e mestras dos saberes; gestão escolar, e professores/as.

Etapa 2 – levantamento dos etnossaberes em tecnologias sociais da comunidade

Após o curso de extensão, os docentes juntos com seus estudantes desenvolverão um projeto de pesquisa que visa coletar, cada qual em sua área e disciplina, os saberes mais significativos a eles e, que permeiam o cotidiano da comunidade e, de domínio de mestres e mestras dos saberes tradicionais, que merecem constar no rol de conteúdo, do currículo escolar. Este momento também será acompanhado pelos pesquisadores, que estarão sempre em diálogo com os pesquisados.

Etapa 3 – Acompanhamento da aplicação do planejamento em sala de aula

Após a coleta e sistematização dos saberes eleitos como significativos para docentes e estudantes, o material passará por uma transposição didática, ou seja, será convertida em plano de aula, e aplicada aos estudantes. O grupo pesquisador acompanhará, e orientará, caso for solicitado, todas essas etapas. Além de que descreverá e analisará os processos e as reflexões feitas pelos referidos docentes durante os processos.

Etapa 4 - Avaliação do curso de extensão

Na quarta e última fase, os professores pesquisados, a gestão escolar e mestres e mestradas dos saberes serão entrevistados a fim de que possamos compreender as suas reflexões a respeito das possibilidades de o ensino pautado no pressuposto dos etnossaberes da Educação Escolar Quilombola.

A avaliação de toda a experiência coletiva envolvida consistirá em descrever em que medida essa formação continuada, a participação dos mestres e mestradas, dos gestores e gestoras contribuiu para a construção, ou não, de uma nova perspectiva pedagógica em sala de aula. Em seguida, será apresentada uma análise que resume todas as etapas da pesquisa.

Com relação à etnografia importante ater às orientações de Geertz (1989), que orienta que a pesquisa etnográfica consiste em uma descrição dos fenômenos sociais, procurando estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário, e assim por diante. Ele discorre ainda que não são somente essas técnicas e esses processos que definem o empreendimento, mas sim o tipo de esforço intelectual que ele representa: um risco elaborado para uma “descrição densa” (GEERTZ, 1989, p. 4).

E nesse sentido necessário se faz descrever cada etapa das ações desenvolvidas em campo de pesquisa, ou seja, nas comunidades, de acordo com cada ação desenvolvida, e a descrição densa de cada cenário, de cada gesto, de cada sentimento, ou seja, de cada manifestação verbal, emocional, gestual ou silêncios.

De acordo com esses métodos os principais instrumentos de coletas de dados são a observação, as anotações em caderno de campo, os registros fotográficos, as análises documentais e a entrevista, de preferência individual, para assim ser possível captar as percepções de cada pessoa envolvida, bem assim suas percepções, suas análises e suas emoções sobre o que fazem e o sentido que atribuem ao que fazem e ao que vivem.

Importante mencionar que este projeto se desenvolverá de forma coletiva e será desmembrado em vários subprojetos de teses de doutorado, dissertação de mestrado e artigos, dada a sua abrangência temática, complexidade e polifonias que suscita.

Os resultados devem revelar resultados da etnografia descritiva, ou seja, o cenário completo sobre onde o/a pesquisador/a esteve, como eram as circunstâncias do lugar, quais os movimentos das pessoas desse lugar, o que fazem e a importância que atribuem a tudo que fazem, e quais as repercussões e importância ou desimportância do que fazem para o contexto da educação referenciada em valores, símbolos, culturas e identidades quilombolas. Quais as contribuições para a pedagogia específica quilombola?

4. Referências

ALMEIDA DOS SANTOS, João. **Territórios quilombolas em livros didáticos de Geografia do PNLD/2015** / João Almeida dos Santos. – 2019.

ARROYO, M. G. A escola possível é possível? **Da escola carente à escola possível**. 6ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

_____. **Currículo, território em disputa**. 5. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

ARRUTI, José Maurício; CAMPOS, Carla Siqueira. Notas sobre o Sul da Bahia. Boletim Territórios Negros. v. 8, n. 34, maio/jun. 2008. Disponível em: http://www.koinonia.org.br/comunicacao-periodicos_tn.asp?cod=39. Acesso em: 05 de out. de 2022.

BANDEIRA, Francisco de Assis. Pedagogia etnomatemática: uma proposta para o ensino de matemática na educação básica. In: **Revista Latino-americana de Etnomatemática** Vol. 5 No. 2, agosto de 2012- janeiro de 2013.

BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

BRASIL. Parecer CNE/CEB nº 16/2012, aprovado em 5 de junho de 2012 - **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola**. Diário Oficial da União, Brasília, DF.

CASTILHO, S. D. de. **Quilombo Contemporâneo: educação, família e culturas**. Cuiabá, EdUFMT, 2011.

CASTILHO, Suely Dulce de Castilho; SANTANA, Gonçalina Eva Almeida de. **Etnosaberes e formação de professores quilombolas: reflexão a partir do olhar de docentes**. v.24, n.1, p. 40-54, jan. - Abr. 2019.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Portugal: Editora Paisagem, 1975.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 22.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

_____. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 20 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

GEERTZ, C. **A Interpretação das Culturas** LTC: Rio de Janeiro, 1989.

GIROUX, H. A. **Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem** [Trad. Daniel Bueno]. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

GHEDIN, E.; FRANCO, M. A. S. Questões de método na construção da pesquisa em educação. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

KNECHTEL, Maria do Rosário.: uma abordagem teórico-prática Metodologia da pesquisa em educação dialogada. Curitiba: Intersaberes, 2014.

MELO. MARIA DE LOURDES RAMOS DE. **Educação escolar e tradições no Quilombo São José Da Serra - Valença/RJ**: um encontro de saberes na perspectiva da lei 10.639/03. 2018. 220f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2018.

MCLAREN, P. **A vida nas escolas**: uma introdução à Pedagogia crítica nos fundamentos da educação. 2ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997

MOURA, C. **Quilombos**: resistência ao escravismo. 2ª ed. Ática S.A. São Paulo, 1989. NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO. Disponível em: <https://www.nossasenhoradolivramento.mt.gov.br/Nossa-Cidade/Turismo-e-Cultura/11/> Acesso em: 05 de jun. 2022.

MOREIRA, A. F. B. e SILVA, T. T. (Orgs.). **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 1994.

PACHECO, José Augusto. **Em torno de um projecto curricular pós-colonial**. In: MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa; PACHECO, José Augusto; GARCIA, Regina Leite (orgs). Currículo: pensar, sentir e diferir. Rio de Janeiro: DP&A, 2004, p.43-49.

QUIJANO, ANÍBAL. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. En libro: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. pp.227-278. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Quijano.rtf> Acesso em: 13 de jun. de 2022.

SILVA, T. T. da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa – ação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1986.